

| 1064 | MOVIMENTOS DE MORADIA EM CURITIBA: HISTÓRIA, REPERTÓRIOS E DESAFIOS (1977-2011).

Simone Aparecida Polli, Ramon José Gusso

Resumo

Este artigo, de caráter exploratório, analisa o padrão dos repertórios de ação coletiva produzidas por movimentos sociais de moradia ocorridas em Curitiba nos últimos 34 anos. Ações que foram minimamente coordenadas e planejadas, que estabeleceram alianças com outros grupos, buscando minimamente uma articulação em rede. O destaque se dá pela existência de documentação sobre essas ações. Não será tratada, portanto, uma série de outras ações coletivas que são fruto da insatisfação momentânea, reunidas de improviso, que têm por objetivo unicamente expor sua insatisfação sobre algum conflitos pontual. Para tanto, o artigo foi organizado da seguinte forma: (i) o caráter relacional na formação dos movimentos sociais de moradia no Brasil, seus repertórios de ação e estruturas de mobilização. (ii) o histórico das lutas sociais em torno da moradia em Curitiba. Como considerações finais o artigo aponta que os movimentos sociais de moradia em Curitiba passaram por dois grandes ciclos: (i) o primeiro surgiu nos anos 1970, em parte pela atuação de militantes das CEBs; (ii) o segundo pela atuação em rede dos movimentos nacionais com representação local. São apontados os desafios e repertórios de cada momento analisado.

Palavras-chave: Movimento Social, Moradia, Curitiba.

1. Introdução

Este artigo possui um caráter preliminar, um recorte daquilo que entendemos como os processos e lutas produzidas por movimentos sociais de moradia que tiveram maior destaque em Curitiba nos últimos 35 anos. Ou seja, focaremos em ações que foram minimamente planejadas, e que estabeleceram alianças com outros grupos sociais, buscando uma a articulação em rede. O destaque foi dado pela existência de documentação ou pela indicação dos atores que acompanharam essas lutas. Constatamos que, para além desse trabalho realizado por militantes, há poucos trabalhos acadêmicos que se voltam ao registro dessas ações coletivas em Curitiba.

2. O caráter relacional na formação dos movimentos de moradia no Brasil

Para diversos autores o panorama de lutas sociais ganhou uma nova dimensão com o fim da ditadura militar (1964-1985). A diminuição das estruturas de repressão, pelo menos daquela realizada de forma oficial, permitiu o crescimento do associativismo, das mobilizações, de passeatas e a organização de movimentos sociais no campo e nas cidades.

Para Kowarick (2000) durante as décadas de 1970 e 1980 diversas mobilizações sociais passaram a ocorrer, fruto tanto, da insatisfação da população em relação à precariedade dos serviços públicos que chegavam (ou não) às periferias, como dos processos de mobilização social, organizados, neste momento, sobretudo, pelos sindicatos, partidos de esquerda e por alas da Igreja Católica. É neste momento também que se formam os militantes que irão constituir posteriormente, os diversos movimentos sociais que lutam por moradia e por reforma urbana. Ressalta-se que a origem destes movimentos foi marcada pela construção relacional entre organizações, sendo formada uma ampla rede política e solidarística entre os diferentes movimentos. Assim, os fluxos e migrações de indivíduos para organizações não estavam fechados, uma vez que as próprias organizações e seus projetos políticos se encontravam em contínuo processo de formação. Desta forma, a trajetória dos movimentos urbanos foi caracterizada por conexões interativas e influências de diversas outras organizações, como a igreja, sindicatos e partidos políticos, como por processos de apoio e solidariedade entre os próprios movimentos.

Para Doimo (1995) a formação desses movimentos foi marcada também pela construção de uma identidade que definiu os diversos grupos como pertencentes a um mesmo campo ético-político: o campo dos “movimentos populares”. A identificação como parte de um coletivo, permitiu, portanto, a edificação tanto de uma linguagem comum, como de características gerais que as definiam como “iguais” ou pertencentes ao mesmo lado. Entre os principais elementos definidores deste campo estariam à auto-identificação como sujeitos autônomos e independentes, que não se deixavam manipular ou cooptar, sobretudo, pelo Estado (Doimo, 1995).

É a partir da década de 1980 que essas lutas passaram a ter um caráter mais organizado, sendo criadas várias associações de moradores, federações e coordenações de movimentos que buscavam unir as reivindicações e lutas que se colocavam de forma fragmentada pelas periferias das cidades (Gonh, 1991).

Neste contexto, outros grupos passaram também unir esforços e reivindicações, dando origem a outros movimentos sociais e articulações de movimentos. Este é o caso, por exemplo, da Confederação Nacional de Associações de Moradores - CONAM; da Central de Movimentos Populares - CMP, da União Nacional de Moradia Popular - UNMP e do Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM.

A constituição desses movimentos foi marcada por um intenso processo relacional que envolveu movimentos sociais urbanos, sindicatos, correntes da igreja católica, ONGs e partidos políticos. Apesar das rupturas presentes nesse processo, marcado pelas

subdivisões e disputas por projetos políticos, é possível identificar a presença de um campo ético-político, que orientou posteriormente a inserção desses movimentos junto ao FNRR ou a filiação da UNMP e MNLM à CMP.

Contudo, esta mesma estrutura de mobilização que sustentou ou deu base para diversas ações implementadas por estas organizações nos últimos 30 anos, também foi responsável pela construção de limites político-ideológicos entre elas, representando a constituição de espaços de articulação e trajetórias independentes para muitas delas, inclusive criando oposições entre os movimentos, sendo que a principal divergência se dá em relação à forma de condução dos processos de mobilização social e as escolhas de repertórios de ação coletiva.

3. Repertórios dos movimentos de moradia

No caso dos movimentos de moradia, a ocupação tornou-se um dos seus principais repertórios de ação coletiva a partir da década 1980. Tal repertório é fundamental porque estabelece uma disputa que é tanto simbólica como pragmática em torno da luta por moradia e cidadania, mas que ao mesmo tempo nega a propriedade privada, sendo, portanto, um instrumento de grande impacto para o exercício de reivindicações, sendo carregado também de grande simbolismo. Dessa forma, as manifestações em prol de serviços, mas, sobretudo as ocupações que os movimentos de moradia promoveram, deram destaque as suas ações, por criarem um fato político ao qual o Estado se vê obrigado a enfrentar, mesmo que na forma de repressão.

No final da década de 1990 os movimentos ampliaram o objeto de ocupação, incluindo assim imóveis vazios, geralmente localizados no centro das cidades, como uma nova forma de pressionar as autoridades públicas (Iscaro, 2010), para acelerar o processo decisório em relação às pautas dos demandantes. A escolha do centro com local privilegiado para tais ações não se dá como um mero acaso, uma vez que são locais com elevada infraestrutura, grande número de imóveis subutilizados ou abandonados, fácil mobilidade para os locais de trabalho e grande circulação de pessoas, proporcionando dessa forma, uma maior visibilidade para a realização das manifestações.

Os movimentos de moradia, contudo, não empregam apenas a ocupação como prática de luta e conquista de direitos, esses possuem também ações fortemente inseridas em políticas institucionais para o acesso a moradia. Para Rodrigues e Barbosa (2010), no final dos anos de 1980, com as eleições municipais que possibilitaram a chegada ao poder de governos “democráticos e populares” os movimentos de moradia passaram também a atuar como

“parceiros” do poder público municipal para a construção e direcionamento de políticas públicas. Para Martins e Santos (2010) a atuação dos movimentos de moradia em espaços participativos como conselhos, conferências e de parcerias formais para a execução de projetos de moradia, permitiu a esses induzir a produção do espaço nas cidades; interferindo no formato e desenho da política habitacional do país, a exemplo do SNHIS e do FNMP.

Nesse sentido, os movimentos de moradia tem se utilizado de vários repertórios de ação, incluído aqueles vistos como menos conflituos, principalmente por se vincularem ao campo institucional. Essas ações implementadas pelos movimentos são na maioria das vezes estratégias construídas politicamente e ponderadas pelos atores. Estes levam em consideração os possíveis ganhos e perdas, a relação existente com o sistema político, que envolve tanto o estabelecimento de vínculos, aliados, como também o compartilhamento de projetos políticos, muitos dos quais forjados no próprio contexto de desenvolvimento desses movimentos.

É nesse sentido que os movimentos sociais de moradia contemporizam as possibilidades de ação, criando um campo flexível para a utilização de seus repertórios, que inclui tanto a ocupação de terrenos e imóveis vazios ou escritórios da administração pública, como participação institucional em projetos, conselhos e audiências públicas. Da igual modo, fazem abaixo-assinados, redigem cartas direcionadas ao presidente, ministros, secretários estaduais e municipais, denunciam abusos ou a omissão do poder público à ONGs e a organismos internacionais, participam de encontros e fóruns, fazem palestras, publicam textos em blogues ou vídeos no youtube, como também militam em campanhas eletivas que vão do legislativo municipal à presidência da república. Além de encaminharem ações junto ao Judiciário, Ministério e Defensoria Pública, em alguns casos, de forma simultânea. E por fim, reivindicam mudanças legislativas, buscando articulação com a acadêmica para formação de lideranças e apoio em suas ações.

Neste sentido, os movimentos de moradia no Brasil tem se utilizado de um vasto leque de repertórios de ações coletiva, desde aqueles que expõem de forma mais direta uma estrutura de conflito, como outras ações voltadas ao encaminhamento de projetos, que incluem a participação em estruturas institucionais, que também relevam o compartilhamento de projetos políticos com atores estatais.

4. Movimentos de moradia em Curitiba – breve histórico e repertório de lutas

A elaboração desse artigo em âmbito local partiu de entrevistas que deram suporte a compreensão de dois momentos na história dos movimentos sociais relacionados a questão da moradia.

4.1. Primeiro momento: surgimento, consolidação e fragmentação do movimento de moradia em Curitiba (1977-1992)

A descrição do que chamamos de primeiro momento baseou-se em dissertações de militantes sociais e instituições como o Cefuria que, junto com a educação popular, concretizaram um esforço de registro das lutas urbanas em Curitiba. Esse primeiro período marca o surgimento, a consolidação e fragmentação dos movimentos de base.

Segundo Neves (2006) o movimento popular em Curitiba surgiu no final da década de 70 com ações em torno da questão da moradia em duas vertentes: "(...) as associações de bairros vinculadas ao Conselho dos Representantes das Associações de Moradores de Bairro e Amigos de Vilas e Jardins de Curitiba e das Associações de Bairros vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)" (Neves, 2006, p. 59). Agregadas a essa, outras lutas começam a surgir, tais como, contra a carístia, por transporte coletivo, saneamento, equipamentos comunitários como creches e postos de saúde.

Especialmente na região sul da cidade, começam a se organizar as associações de bairros vista a falta de infraestrutura e as condições de alagamento das áreas. Esse grupo formou o Conselho dos Representantes, que contou com a assessoria de advogados, sociólogos e professores, que mais tarde se fragmentou na Federação de Bairros do Paraná e na União Geral dos Bairros.

Neves (1996) destaca que o grupo que se formou no interior das CEBs foi o responsável pela realização das primeiras ocupações dos chamados "loteamentos clandestinos" na região do Xaxim contando com o apoio da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná (CPJP-PR/1978), da Pastoral Operária, da Pastoral da Terra. Outras associações foram se formando nos bairros Boqueirão e Pinheirinho, o que viria mais tarde a se consolidar no MAB - Movimento de Associações de Bairro de Curitiba, numa tentativa de unificar essas diversas lutas num movimento mais amplo.

A década de 1970 foi marcada por ações violentas de remoção, que desencadeou um processo de maior mobilização das organizações para fazer contraponto a essas ações. Esse período foi caracterizado pela estruturação das associações de moradores, entendendo a moradia como um problema coletivo de vários moradores das diferentes regiões da cidade. A ação estratégica vem no sentido mais defensivo de garantir a manutenção das áreas

ocupadas e ao mesmo tempo fortalecer a integração entre as diferentes associações de bairros. A ação do movimento popular pode ser considerada uma forma também de resistência à ditadura militar, numa força única que se aglutinava contra o Estado.

O problema habitacional em Curitiba caracterizava-se pelo crescimento do número de domicílios em favela. No período 1971-1979 a taxa de crescimento dos domicílios irregulares foi de 13,44% ao ano, o dobro do índice de crescimento populacional registrado para o Município (Albuquerque, 2007, p 116).

Essa época foi marcada pela 1ª gestão do prefeito Jaime Lerner (1971-1974) e do prefeito Saul Raiz (1975-1979). A política habitacional estruturava-se em ações de remoção de favelas. Em 1976 foi publicado o documento “Política Habitacional de Interesse Social – Plano de Desfavelamento”, tendo como principais objetivos: (i) erradicação das favelas; (ii) adaptação das famílias ao seu novo meio ambiente.

Tais objetivos refletem claramente uma posição hostil, discriminatória e disciplinadora, sobretudo, em relação às populações de baixa renda que migravam para Curitiba. Por meio de planos e estratégias, concebia-se que o destino das classes populares era a RMC, enquanto a capital deveria receber “naturalmente” camadas médias e altas de migrantes (Souza, 2001).

As práticas de remoção foram amplamente rechaçadas devido aos impactos sociais e territoriais de tais ações provocam nas condições de vida da população afetada (VALLADARES, 1980). Em Curitiba, contudo, estenderam-se até o final da década de 1970. O plano de desfavelamento se inseriu na sequência de intervenções urbanísticas que foram levadas a cabo na cidade de Curitiba.

Já no segundo governo de Jaime Lerner (1979-1982) há uma mudança significativa da política, colocando em pauta a questão da urbanização dos assentamentos. Em março de 1980 foi divulgada a “Carta da Favela”, que “(...) propunha a urbanização das favelas, em terrenos públicos ou particulares” (Albuquerque, 2007, p. 79).

Essa política que continha uma série de medidas de controle para impedir o crescimento de novas ocupações, por outro lado, gerou uma maior mobilização das organizações, florescendo tentativas de unificar as lutas das diferentes associações de Curitiba, considerada como um salto organizacional por parte dos movimentos (Tonela, 2010). Foram realizados mutirões para acelerar a construção de casas, organização de encontros regionais entre associações de bairros, além de promover novas ocupações de forma articulada. Em julho de 1980 ocorreu o I Encontro de Bairros e Favelas de Curitiba. Neste, decidiu-se rejeitar a Carta da Favela e o Conselho Comunitário de Melhoria da

Qualidade de Vida nas Favelas propostos pela Prefeitura (Garcia, 1990). No ano seguinte foi criado o CEFURIA - Centro de Formação urbano rural Irmã Araujo que, por meio de educação popular, apoiou os movimentos ligados as CEBs. Em 1982, esse grupo criou o MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, que se propunha articular as lutas desenvolvidas em cada região da cidade. Em 1983 ocorreu o II Encontro de bairros de Curitiba com a participação da União Geral, Federação de Bairros do Paraná e o MAB. Esse encontro gerou uma pauta de reivindicações que foi entregue ao Estado (Garcia, 1990).

O processo de redemocratização trouxe em seu bojo o compromisso da reforma partidária. Nessa reestruturação atores sociais assumiram abertamente posições político-partidárias, o que refletiu no movimento popular, levando a sua partidarização (Garcia, 1990, p. 70; Neves, 1996 e 2006).

Todas essas mudanças influenciaram a ação dos movimentos e colaboraram para uma fragmentação interna nas lutas. As associações de moradores foram divididas entre os pró-PMDB e os pró-PT. “As associações do MAB acreditavam que não deviam misturar assuntos referentes à associação de moradores e questões relativas a partidos políticos ou religião” (Garcia, 1990, p. 122). Tal postura indica as posições autonomistas, que marcaram profundamente os debates e práticas dos movimentos sociais, apesar das intensas relações existentes entre militantes dos partidos de centro-esquerda e dos movimentos sociais nesse contexto.

Em 1983 assume como prefeito Maurício Fruet (1983- 1986) e na sequencia é eleito Roberto Requião (1986-1989). Requião destacou-se por uma política de descentralização e de fortalecimento dos “centros de bairros”, criou as Administrações Regionais que enfraqueceram o poder de pressão popular, dividindo algumas associações de bairro em duas unidades administrativas diferentes (Garcia 1990, p. 156).

Os prefeitos Maurício Fruet e Roberto Requião representavam para os movimentos sociais um projeto político diferente do grupo do Jaime Lerner devido à aproximação histórica do PMDB com o antigo Conselho de Representantes na década de 1970. Este fato, continuará a marcar ao longo das sucessões no Governo Estadual, diferentes estruturas de oportunidades e restrições políticas às ações dos movimentos de moradia, refletindo em aberturas à diálogos, nem sempre vitoriosos, porém com possibilidades de uma relação mais ou menos democrática, em contraponto a posições autoritária e fechadas aos movimentos sociais mais críticos às políticas habitacionais.

Foi dentro desse contexto que se formaram as principais ocupações de terra na região Sul da cidade de Curitiba, como por exemplo, o Xapinhal em 1986 e a Ferroviária em 1991. A ferroviária faz parte de um conjunto de ocupações que, aproveitando o cenário político favorável (Bega, 1999, p. 43), com a semana da pátria e as eleições municipais de 1991 se organizam estrategicamente para a ocupação em áreas da RMC, como é o caso do Zumbi dos Palmares, da Liberdade, da Ferroviária e da Vinte e Três de Agosto.

No final dos anos 1980 há uma preocupação com as ações em torno das emendas constitucionais, alterando o conteúdo, a estratégia e as práticas políticas dos movimentos tendendo para uma maior institucionalização das ações ou a inserção de lideranças sociais no aparato do Estado. Em relação aos câmbios entre estado e sociedade civil, Abers e Bülow (2011) indicam que essa mediação permite a existência também de vínculos não conflitivos entre os atores estatais, políticos e civis. Ou seja, alertam para as possibilidades de cruzamento entre essas fronteiras, implicando, por exemplo, na inserção de militantes no interior de governos, ou vínculos diretos de agentes estatais com movimentos sociais. Parte desses trânsitos se orientam pelo compartilhamento de projetos políticos (Dagnino, 2002) bem como por estratégias voltadas a influenciar as políticas públicas.

4.2. Segundo momento: ação dos movimentos nacionais por moradia em Curitiba (1995-2011)

Baseado nos direitos sociais propostos na Constituição Federal, os movimentos por moradia a nível nacional (CMP, MNLM, CONAM, UNIÃO) constroem novos enquadramentos interpretativos que sustentam a produção de um amplo diagnóstico sobre os problemas urbanos no Brasil, questionando a lógica que atribuía à responsabilidade desses, única e exclusivamente ao indivíduo, afirmando a preponderância da lógica desigual da produção do espaço. Esse diagnóstico serviu como instrumento de luta desse movimento, dando suporte as suas reivindicações e justificando para a escolha de determinados repertórios como a reforma urbana, o direito à cidade e a luta pela garantia de direitos constitucionais: “O direito sagrado à moradia está no direito universal dos direitos humanos, garantido na Constituição Brasileira” (Entrevista Hilma e Lourdes Santos – MNLM).

Na administração municipal o período marca a ruptura com o período anterior e o retorno do prefeito Jaime Lerner (1988-1992) em sua 3ª gestão. Essa política foi fortalecida com a sua continuidade por meio dos prefeitos Rafael Greca (1993-1997) e Cássio Taniguchi (1997-2004). Nesta década os prefeitos estavam mais preocupados em alçar Curitiba ao

patamar de capital ecológica com programas ambientais e ampliação dos parques públicos do que uma preocupação com a questão habitacional.

Na década de 1990 não houve o desenvolvimento de uma política habitacional para toda a cidade, apenas projetos habitacionais específicos, concentrados na COHAB-CT (Albuquerque, 2007). A principal ação foi alavancar um programa de “parceria” com a iniciativa privada para a produção de lotes populares, justificado pela falta de recursos do Sistema Financeiro de Habitação.

Em se tratando dos movimentos de moradia neste período poderíamos destacar três elementos importantes para reflexão: (i) fragmentação e desmobilização da atuação local (ii) a organização da representação dos movimentos nacionais em Curitiba; (iii) incorporação das reivindicações em programas governamentais desenvolvidos em parceria ou próximos as bandeira de luta dos movimentos nacionais.

A representação dos movimentos nacionais a nível local surge pela articulação de membros de outros estados à lideranças locais ou também das discordâncias na forma de pensar e executar a ação nos diferentes movimentos sociais organizados localmente. Ao mesmo tempo a CMP passa se organizar em Curitiba a partir de lideranças de outros Estados que procuram se organizar em torno da AMOAB – Associação de Moradores do Alto Boqueirão.

Sousa (2011) afirma que os anos 90 marcam a fragmentação e desarticulação dos movimentos sociais locais reivindicativos e com origem nas CEBs, ao mesmo tempo em que, começaram a se organizar movimentos vinculados as redes de movimentistas nacionais, mas que na maioria das vezes concentravam essa representação em poucos indivíduos:

Quando surge a decisão que tem que separar que o movimento sindical era uma coisa e o movimento popular era outra, na verdade você está entrando nos anos 90, avalanche neoliberal, quando a Central se funda já não tem mais o que centralizar, essa que é a verdade. (...). É uma contingencia histórica. Um movimento popular que durou anos e quando se consolidou, as próprias pessoas que estavam na frente eram pessoas muito novas, que nunca tinham participado de alguma discussão de base, ou uma inserção mais concreta (Ana Inês Souza, entrevista concedida aos autores em 10/10/2011).

Os movimentos nacionais consolidam-se em Curitiba num momento em que a organização local e suas estruturas de mobilização estavam em crise, dito de forma mais direta, em pleno descenso de suas bases de militantes. Fortalecem-se algumas lideranças pontuais que pretendem construir algo diferente com o apoio dos movimentos nacionais

organizados em rede. Esse fato denota os desafios de uma organização local, da dificuldade de mobilização de base e de articulação com demais entidades ou movimentos sociais, mesmo os que possuem uma mesma bandeira de luta.

Num segundo momento acrescenta-se um novo elemento nesse contexto a partir da inserção das lutas dos movimentos de moradia nas políticas públicas. A partir de 2008, foi criado o Programa de Habitação de Interesse Social – Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, numa espécie de parceria entre Estado e Movimento Social. Por meio dele as associações sem fins lucrativas, cadastradas no Ministério das Cidades, podem solicitar recursos para o fomento e incentivo das experiências autogestionárias de produção habitacional. Essa era uma demanda histórica dos movimentos e sua viabilização foi fruto também da pressão efetuada por meio de marchas, jornadas organizadas pelos movimentos e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (Ferreira & Pereira, Revista Proposta nº 116).

Essa conquista foi festejada pelos movimentos que estão acessando os recursos, viabilizando a gestão e tomando as decisões acerca das definições do empreendimento. Por outro lado, o atendimento a essa demanda no aparelho do estado têm produzido um efeito burocratizador das ações do movimento social que precisou se organizar para que em nível local as ações dos programas nacionais possam ser realizadas. O trabalho de cadastramento da demanda local, a escolha das áreas, o desenvolvimento dos projetos, a contratação e acompanhamento da execução, o acompanhamento dos pagamentos e a prestação de contas recaiu sobre os movimentos sociais sob novo desígnio de “entidades”, que procuram se organizar para que possam ser contempladas pelo programa e assim produzir moradias para famílias que militam nesses movimentos. Nesse sentido as “entidades” tem procurado se regularizar juridicamente para se encaixar nos procedimentos jurídicos.

Um novo ator central de diálogo nesse processo é a Caixa Econômica Federal-CEF. Desde as linhas de créditos, critérios, objetivos e público alvo até a execução das obras e acompanhamento administrativo e jurídico de todo o processo, os movimentos são demandados a conhecer as regras burocratizadas desse agente econômico, assumindo, de certa forma, uma versão gerencial para fazer valer os recursos e viabilizar seus projetos. Isso é um diferencial substancial em relação ao primeiro momento dos movimentos de moradia em Curitiba, uma vez que a ação de mediadores e apoios era realizada principalmente de forma voluntária e solidária por esses atores “técnicos”. Por outro lado, essas conquistas são importantes para os movimentos sociais urbanos que, para se manter vivo, ou seja, precisam mostrar resultados. Assim, além de atender o déficit habitacional, a execução do programa leva ao reconhecimento do público do trabalho executado, tornando-se referência para

outros atores, sendo capaz em muitos casos de engrossar as bases de militantes dos movimentos.

Contudo, as ações de mobilização tem se concentrado em momentos específicos, pontuais, sendo estratégias para dar visibilidade e repercussão na imprensa e na sociedade de suas demandas. Essas ações são organizadas nacionalmente em rede. O FNRU é um organismo importante dessa articulação, destacando-se ações comuns entre os movimentos a nível nacional, como o Dia Nacional de Reforma Urbana, que alimenta diferentes mobilizações em torno da questão nos Estados. Em Curitiba, os movimentos, articulados também junto ao Observatório de Políticas Públicas, tem utilizado de repertórios variados, como marchas, ocupações em prédios públicos, apresentação de filmes, realização de debates e colagem de adesivos com frases como “este imóvel não cumpre a função social”, colados em diversos imóveis vazios no centro da cidade. No entanto, tais ações contam com um número reduzido de militantes e com uma repercussão limitada, sendo que a agenda de mobilização e outros repertórios já se encontram previamente estabelecidos por meio de um cronograma nacional de lutas, tais como: Dia Luta Nacional por Moradia Popular e o Dia Reforma Urbana, Dia Mundial de Mobilização contra os Despejos, Dia Mundial do Habitat, Grito dos Excluídos, Semana Mundial dos Sem Teto. Os movimentos de moradia em Curitiba dificilmente realizam ações fora desse cronograma nacional de lutas, revelando, portanto, suas próprias fragilidades de mobilização e de estruturas para a produção de ações coletivas.

A ação dos movimentos tem se direcionado para a realização de um fim específico sendo prejudicada a capacidade de mobilização e formação política de novos militantes. Estas ficam em segundo plano, em decorrência da centralidade de execução dos programas de moradia nacionalmente instituídos.

Dentro das ações atuais cabe lembrar a ocupação em junho de 2003, da antiga sede do Banestado, prédio histórico e vazio na área central de Curitiba, coordenada pelo MNLM. Essa ação estratégica, apesar de não alcançado seu objetivo central, coloca importantes pontos para reflexão: (i) a moradia popular no centro; (ii) ocupação de espaços subutilizados; (iii) o questionamento do planejamento urbano em Curitiba.

Para além dessas ações, os movimentos de moradia em Curitiba também têm buscado se inserir nos processos participativos vinculados à política urbana, em âmbito municipal, Estadual e Federal. Por exemplo, as regras e procedimentos que foram criadas pela Prefeitura de Curitiba para a participação de Associações Comunitárias e Movimentos Populares da 3ª Conferência das Cidades de Curitiba – COMCURITIBA criou uma restrição à

participação dos movimentos sociais urbanos de atuação nacional, sobretudo por exigir que as organizações fossem formalizadas, (Faria e Pontes, 2008). Ao estabelecer esse procedimento criou-se um conflito que permitiu aos esses movimentos se articularem nacionalmente para questionar à regra, o que levou posteriormente a invalidação da Conferência.

Em outro contexto, a mesma exigência de formalização, feita agora pelo Governo Federal como regra para o financiamento habitacional do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, é ponderada pelos movimentos que não a interpretam como um risco para sua autonomia ou capacidade de atuação, a exemplo da União por Moradia Popular, que se formalizou para poder se enquadrar à regra. Ou seja, o que se vê é que tais ações refletem posições acerca de projetos políticos que são ou não compartilhados entre atores da sociedade civil e do Estado, bem como, as possibilidades de ganhos materiais visualizadas pelos movimentos. Neste sentido, uma escolha, uma posição ou a opção por um determinado repertório não é estática ou definitiva, são cambiantes diante diferentes oportunidades e contextos, que refletem em possibilidades de realização de seus projetos políticos, ou pelo menos, de parte deles.

5. Considerações finais

Dentro de uma perspectiva histórica, observa-se que as políticas públicas que se sucederam nas gestões governamentais em Curitiba e no Paraná ofereceram pouca abertura e reconhecimento das ações organizadas dos movimentos sociais. Suas políticas foram assentadas numa base ora de pouca flexibilidade, ora rígida e tecnocrática, que dificilmente reconhece os diferentes olhares sobre uma mesma realidade social. Seja pelo planejamento urbano de Curitiba com exclusão territorial (Souza, 2001), seja pelo modelo conservador de política, seja pelo mito da cidade modelo (Sánchez, 1997; Oliveira, 2000; Albuquerque, 2007) ou, por fim, pelas parcerias entre o setor público e empresariado (Oliveira, 2001), a questão é que não há o reconhecimento do outro enquanto sujeito social ou de suas demandas e conquistas. Ao contrário, em várias situações é repetidamente acionado um viés ideológico que conduz a atitudes repressivas e preconceituosas quanto se trata dos movimentos de moradia que lutam pelo direito à cidade.

O histórico analisado neste artigo aponta que o movimento de moradia em Curitiba caracterizou-se por pelo menos dois momentos distintos, com trajetórias bastante diferenciadas e com pouquíssima confluência e entrelaçamento entre suas ações. Os dois ciclos são marcados pela descontinuidade e deslocamento com distintos projetos políticos.

O primeiro ciclo surgiu nos anos 1970, em parte pela atuação de militantes das CEBs. O movimento caracterizou-se por diferentes pautas de mobilização em torno das políticas públicas e infraestrutura de bairro, tais como transporte coletivo, saúde, moradia. Percebe-se o encadeamento de diversas mobilizações e ocupações, articuladas com outros movimentos sociais na luta por direitos. A década de 1980 foi dita como o momento áureo do movimento social em Curitiba, refletindo padrões movimentalistas presentes em outras locais no país. Nos anos 1990 há um retrocesso na atuação das CEBs e, em conjunto, uma crise nos movimentos sociais em Curitiba, quando de sua fragmentação e desarticulação dos grupos de base. Evidencia-se o esgotamento de um ciclo, em que parte dos movimentos conseguiu suas reivindicações por moradia, “perdendo” o objeto de luta e reivindicação; outros “cansaram” de uma espécie de “participação em conselhos” que, de fato, não abriram espaços para uma participação mais efetiva na conquista de direitos (conforme as expectativas criadas). Da mesma forma ocorreu a dispersão de militantes com a incorporação dessas lideranças em outros espaços, tais como: academia, partidos políticos, ONGs e no próprio Estado. E ocorreu a fragmentação na forma como os direitos são reivindicados e na forma de identificar o opositor, o Estado, deixou de representar o inimigo, sendo permeados por diversas relações, parcerias e em alguns casos, intercâmbios. Com isso, pode-se dizer que houve o enfraquecimento da capacidade de reivindicação pelo movimento de moradia, com a perda e dispersão de parte do projeto político construído.

Neste mesmo momento, começa um novo ciclo marcado pela articulação em rede dos movimentos nacionais com representação local. Essa representação atua de forma transescalar: (i) por um lado sua ação ocorre principalmente numa rede “para fora” vinculada à pauta nacional dos movimentos. Os movimentos nacionais estão diretamente ancorados na agenda institucional proposta pelo Ministério das Cidades, participando de conselhos, programas e eventos em nível nacional. (ii) e por outro, numa tentativa de ação localizada destacam-se lideranças sem uma estrutura de mobilização capaz de organizar uma base social. Os movimentos de moradia passam a ter uma pauta mais estreita de reivindicação e uma ação direcionada a determinados fins. Essa ação direcionada a resultados é uma das formas de conquista de legitimidade por parte do movimento. Ao mesmo tempo, pouco influi em termos de política local, já que os programas habitacionais têm-se concentrado em nível Estadual e Federal.

Pelas entrevistas realizadas, os movimentos de moradia atualmente existentes em Curitiba tendem a representar os movimentos nacionais. Apresentam-se pequenos, fragmentados, com pouca articulação de base e, por fim, com uma restrita capacidade de

mobilização para engajamento em lutas. As diferentes organizações, com poucas pessoas, não conseguem cumprir suas agendas individuais e específicas, quanto mais de uma militância em temas mais macros, em formação política, que ultrapassam a luta cotidiana pelas urgências da vida.

Esses ciclos se autoalimentam porque a baixa capacidade de inclusão de lideranças de base social, a baixa capacidade de influir nas políticas locais e a necessidade de mostrar resultados direciona para uma atuação fragmentada, de acordo com pautas específicas organizadas pelos movimentos nacionais que, por sua vez, estão ancorados na agenda, nos processos participativos e programas propostos pelo Ministério das Cidades.

Atualmente, apesar da crescente demanda do déficit habitacional, a visibilidade das políticas públicas em nível federal e os programas destinados a determinados segmentos têm oferecido uma expectativa de atendimento habitacional via Estado, atrelando a atuação de entidades e aos recursos oferecidos. Desta forma consolida-se uma espécie de institucionalização que passa a ter um papel diferente do que comumente as teorias sobre movimentos sociais apregoavam. Abrem-se caminhos para a chamada parceria, desta vez, fortemente formalizada. Em Curitiba, ocorre uma aproximação entre Estado-movimento de moradia e um descolamento entre movimento e sociedade, cumprindo o papel, muitas vezes, de agenciador e intermediário entre os programas governamentais propostos pela Cohapar, a Secretaria Nacional de Habitação e a população que será atendida por essas políticas. Isso não quer dizer que o movimento de moradia foi necessariamente “cooptado”. Mas que a dificuldade de articular a base em conjunto com a necessidade de representação legal nos programas governamentais vem personificando o movimento em poucas pessoas. Esse mesmo questionamento é feito no interior dos movimentos de moradia, mas apresenta variáveis de difícil equacionamento. Em momentos pontuais, os movimentos de moradia apresentam atuação conjunta, como em grandes manifestações nacionais, não representando que a mesma integração ocorra em nível local. Em Curitiba esses mesmos movimentos conformam diferentes projetos políticos, o que talvez impeça a realização de trabalhos mais coletivos e conquistas mais amplas.

Pelas entrevistas realizadas foi possível identificar dois posicionamentos bastante distintos quanto aos movimentos sociais de moradia. O primeiro que guarda uma memória coletiva das primeiras ações das CEBs, manifestando certo saudosismo do modelo de movimentos sociais formalizados na década de 1970. Ao mesmo tempo, observa-se uma negação da forma de atuação dos movimentos de moradia atuais, por não possuírem uma base organizada, gerando, por vezes, uma perda de sentido de suas lutas reivindicativas,

visto a forma como estão organizados, sua representação pontual e atrelada as políticas do Estado. Essa negação apresenta-se na forma de uma baixa legitimidade social e integração entre os movimentos que se constituíram na 1ª fase em Curitiba. E um segundo grupo que, tem uma memória mais recente das ações dos movimentos, e reconhece que estas são fundamentais para pressionar o Estado a agir com ações mais incisivas no campo habitacional.

Mais do que o debate sobre modelos organizacionais dos movimentos sociais, destaca-se para o caso de Curitiba uma espécie de ranço de autoritarismo no sentido de falta de reconhecimento dos diferentes agentes sociais intervenientes no espaço urbano, o que inibe e oculta a expressão das lutas dos movimentos sociais. E, ao mesmo tempo, baixa articulação política e social em nível local dos movimentos de moradia formalmente constituídos. Esse quadro, que merece estudos mais aprofundados, apresenta ainda um horizonte nebuloso em termos de organização, estratégias de ação e projeto político dos atuais movimentos sociais de moradia.

6. Referências

- ABERS. R.; BÜLOW. M.V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84.
- ALBUQUERQUE, A. F.. A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade-modelo". São Paulo: Dissertação de Mestrado FAU-USP, 2007.
- BEGA, M. T. S.. A Região Metropolitana de Curitiba e as mobilizações populares: análise de algumas experiências recentes: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba -PR, n. 98, p. 33-48, 1999.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO. E. (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DOIMO. A. M. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995
- VARGAS DE FARIA, J. R ; PONTES, D. R. Invalidação da Conferência da Cidade de Curitiba: ação política e (des)legitimação de atores sociais. In: PPLA 2008 - Seminário Política e Planejamento, 2008, Curitiba.
- GARCIA, M. D.. O MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política. Florianópolis, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Sociologia Política. 1990
- GONH. M.G. *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. 1a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1991
- ISCARO, A.C. O protesto como estratégia de ação: Uma análise a partir do Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo. Florianópolis, anais I Seminário Internacional e III Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, UFSC, 2010.

KOWARICK, L. Escritos Urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARTINS, M. L; SANTOS. A.L.T. A prática dos movimentos de moradia na produção do espaço da cidade de São Paulo. Florianópolis, Anais do I Seminário Internacionale III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, 2010.

NEVES, L. S. Movimento popular e transporte coletivo em Curitiba (1970-1990). São Paulo. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1996.

_____. Movimento Popular e Transporte Coletivo em Curitiba. 1ª edição. Curitiba: Gráfica Popular, 2006, v.3, 217p.

OLIVEIRA, D. de. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000, 201p.

RODRIGUES. E.; BARBOSA, B.R. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. 2010. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/24/02.pdf>> acesso em: 10 dez. 2010.

SÁNCHEZ, F. Cidade Espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing. 1. ed. Curitiba: Editora Palavra, 1997. v. 1000. 168 p.

SOUZA, N. R. de. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 16, p. 107-122, 2001.

TONELLA, C. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal? Cadernos MetrÓpole (PUCSP), v. 12, p. 239-262, 2010.

VALLADARES, L. P. Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. V. 1. 142p.